

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO

582441/03-1



REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A

C.N.P.J./M.F. nº. 67.915.785/0001-01
NIRE nº 35300170610

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2003**

DATA E HORA: 04 de setembro de 2003, às 10:30 horas. **LOCAL:** Sede Social à Avenida Cidade Jardim, nº 400 – 14º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo.

PRESEÇA: Acionistas representando a totalidade do Capital Social.

MESA DIRETORA: Cláudio André Halaban, Presidente; Mariana Sabina Postel Giolo, Secretária.

CONVOCAÇÃO: Feita com a dispensa da publicação de editais, conforme faculta o artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

ORDEM DO DIA: **A)** Deliberar sobre criação do Conselho de Administração e a conseqüente alteração do Estatuto Social da Companhia com vistas a adequar seus termos em face da criação do referido órgão; **B)** Eleger os membros do Conselho de Administração; **C)** Deliberar sobre a emissão pública de debêntures da Companhia e a conseqüente abertura do capital da Companhia, nos termos do artigo 4º da Lei 6.404/76; **D)** Demais assuntos de interesse da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Os acionistas da Companhia deliberam e aprovaram, por unanimidade:

(i) criar o Conselho de Administração na Companhia, o qual funcionará de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, bem como nos termos da Lei nº 6.404/76;


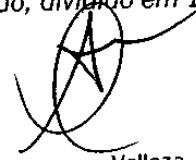

Velloza, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados

(ii) alterar o Estatuto Social da Companhia, de modo a adaptá-lo a criação do Conselho de Administração, nos termos do projeto de alteração do Estatuto Social, que foi lido pelo presidente da Assembléia, e aprovado, por unanimidade, pelos acionistas. Em face das deliberações ora aprovadas, o novo Estatuto Social da Companhia passa a vigorar, na íntegra com a seguinte redação:

"REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A

ESTATUTOS SOCIAIS

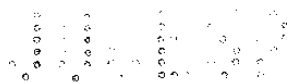
CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETIVO – Artigo 1º: Sob a denominação de ***REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A*** fica constituída uma sociedade por ações, de conformidade com a Lei nº 6.404 de 15.12.76, que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. ***Artigo 2º:*** A Companhia tem sede à Av. Cidade Jardim, 400, 14º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo, onde também fica situado seu foro. ***Artigo 3º:*** A Companhia poderá abrir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações, quando e onde lhe convier, no país ou fora dele. ***Artigo 4º:*** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. ***Artigo 5º:*** O objetivo da Companhia é a aquisição de direitos de Pessoas Jurídicas, resultantes de vendas de seus ativos ou de prestação de serviços, podendo, para tanto, efetuar contratos com a cláusula "Del Credere" e/ou operações denominadas "Factoring" ou de "Fomento Comercial", inclusive nos negócios internacionais de importação e exportação, podendo também, ceder referidos direitos a terceiros, bem como prestar serviços de acompanhamento comercial e de contas a receber, levantar situações creditícias, efetuar cobranças de títulos, prestar assessoria administrativa e financeira, e bem assim, exercer qualquer outra atividade correlata ligada às principais, exceto àquelas que dependam de autorizações previstas pelo Banco Central do Brasil. ***Parágrafo Único:*** A Companhia poderá participar como quotista ou acionista de outras sociedades bem como, associar-se ou consorciar-se com terceiros, para execução de qualquer dos seus objetivos societários, no todo ou em parte. ***CAPÍTULO II – DO CAPITAL – Artigo 6º:*** O capital da Companhia é de R\$ 14.000.000,00 (Quatorze milhões de reais), totalmente integralizado, dividido em 14.000.000


Velloza, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados



(quatorze milhões) de ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma. **Parágrafo 1º:** A Companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações e provisoriamente cautelas que as representem, observado o disposto nos Artigos 24 e 25 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 7º:** As ações, os títulos múltiplos ou as cautelas que os representem serão assinados por 02 (dois) diretores. **Artigo 8º:** Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais. **CAPÍTULO III – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Artigo 9º** - O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo que um dos eleitos será, pela mesma Assembléia Geral, designado Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Único:** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 10** - Competirá ao Presidente do Conselho de Administração: (i) representar o Conselho de Administração perante terceiros; (ii) convocar as Assembléias Gerais, ressalvadas iguais atribuições ao Diretor Presidente; (iii) usar do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração; e (iv) designar o seu substituto, nos casos de impedimentos ou faltas. **Artigo 11** - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocada Assembléia Geral Extraordinária para eleger o membro que preencherá a vaga. **Artigo 12** – O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de seu Presidente, com 03 (três) dias de antecedência, dispensando-se este prazo quando da reunião participarem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Único:** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros. **Artigo 13** – Compete ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral das estratégias e operações da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores, fixar-lhes as atribuições, bem como fiscalizar a gestão dos Diretores; (iii) examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos já celebrados ou em vias de serem celebrados e quaisquer outros atos; (iv) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (vi) escolher e destituir os auditores independentes; (vii) autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar filiais ou escritórios no Brasil e/ou no exterior; (viii) deliberar sobre a distribuição da remuneração atribuídas pela Assembléia Geral a seus membros e aos membros da Diretoria; (ix) autorizar a Diretoria a adquirir, alienar, onerar ou gravar bens sociais imóveis; (x) deliberar sobre demais assuntos de interesse da

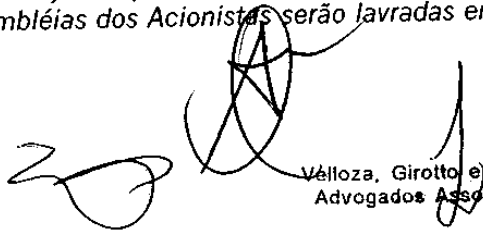
Velloza, Girotto e Lindenbojm
Advogados Associados



Companhia. **CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA – Artigo 14** – A Diretoria será composta por um mínimo de 02 e um máximo de 05 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição, assim designados: Diretor Presidente, Diretor Superintendente e os demais Diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores são empossados mediante termo lavrado no Livro de "Atas de Reuniões da Diretoria" e conservam-se em exercício, observadas as limitações legais, até a posse de seus sucessores. **Parágrafo Segundo** - No caso de vacância ou ausência de algum membro da Diretoria, o substituto será designado pelo Conselho de Administração, em reunião especificamente convocada para tal finalidade. **Artigo 15** - A Diretoria tem os poderes e atribuições necessárias a assegurar o funcionamento regular da Companhia, podendo deliberar a prática de todos e quaisquer atos de gestão e administração tendentes à realização dos fins sociais, respeitadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração, inclusive e especialmente: (i) organizar e executar os planos gerais de desenvolvimento e de orientação administrativa dos negócios, elaborados pelo Conselho de Administração; (ii) apresentar ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária o Balanço Geral, a Conta de Lucros Perdas e o Relatório de cada exercício, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) adquirir, alienar, onerar ou gravar bens sociais imóveis, mediante prévia autorização do Conselho de Administração; e (iv) observar e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração. **Artigo 16** - Compete ao Diretor Presidente a supervisão geral da Companhia, ao Diretor Superintendente o gerenciamento total da Companhia para que esta possa atingir seus objetivos, e aos Diretores sem designação, o desenvolvimento das atividades administrativas, técnicas e operacionais, conforme definir a Reunião de Diretores. **Artigo 17** - A Companhia se obrigará perante terceiros e também será representada com a assinatura individual do Diretor Presidente ou do Diretor Superintendente; do Diretor sem designação específica em conjunto com o Diretor Presidente ou com o Diretor Superintendente; de qualquer dos Diretores e um procurador, de dois procuradores em conjunto ou de um procurador especialmente designado com poderes individuais. **Artigo 19**:- Serão nulos e sem qualquer valor comercial ou jurídico as fianças, avais, endossos, emissão de títulos, cheques, ou qualquer outro documento de valor em nome da Companhia em negócios que lhe sejam alheios. **Parágrafo Único** - O disposto no presente artigo não se

Velloza, Girotto & Lindenbojm
Advogados Associados

aplica quando as garantias de fianças, avais, endossos, emissão de títulos, cheques, duplicatas, garantia real, ou qualquer outro documento de valor em nome da Companhia forem prestadas em favor das empresas coligadas, controladora, controladas ou interligadas a Companhia. **Artigo 20** - A diretoria reunir-se-á tantas vezes quantas forem necessárias ou convenientes, por convocação do Diretor Presidente ou do Diretor Superintendente. Para que possa se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença de no mínimo 02 (dois) Diretores. **Parágrafo 1º**- A convocação far-se-á mediante aviso escrito com antecedência de 05 (cinco) dias, dispensando-se esse prazo quando a Diretoria se reunir com a presença da totalidade de seus membros. **Parágrafo 2º**- As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e serão registradas em ata no livro próprio. **Parágrafo 3º** - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente e secretariadas pelo Diretor Superintendente. **Artigo 21** - A Diretoria, pelo Diretor Presidente ou Diretor Superintendente, poderá nomear procurador da Companhia para representá-la, ativa e passivamente, com mandato de duração determinado, com exceção daquelas para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. **CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL – Artigo 22** - O conselho fiscal da Companhia será composto de 03 (três) membros efetivos e outros tantos suplentes, acionistas, ou não, de funcionamento não permanente e será instalado nos casos previstos em lei. **Artigo 23** - Os membros do conselho fiscal no exercício de suas funções legais, quando instalado, receberão os honorários estipulados na Assembléia Geral. **CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLÉIA GERAL – Artigo 24** - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para discutir e deliberar sobre o relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras relativas do exercício findo, e quando for o caso, eleger os membros do Conselho de Administração e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 25** - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, ou, ainda, por qualquer acionista, caso não sejam cumpridos os prazos legais, por editais de convocação, que conterão obrigatoriamente a ordem do dia, a hora, dia e local da reunião e presidida pelo Diretor Presidente. **Artigo 26** - As Assembléias Gerais somente poderão se realizar e, consequentemente, deliberar, se tiverem, no mínimo, a presença de acionistas possuidores de ações que representem a maioria simples do capital social, com exceção dos casos estabelecidos em lei que exijam "quorum" maior. **Parágrafo 1º**- As deliberações tomadas nas Assembléias dos Acionistas serão lavradas em Ata,


Velloza, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados



no livro próprio. **CAPÍTULO VII – O EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DISTRIBUIÇÃO – Artigo 27** - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado o Balanço Patrimonial da Companhia e preparadas as demais demonstrações financeiras necessárias. **Artigo 28** - Os lucros líquidos apurados no Balanço Patrimonial, levantado no término do exercício social, após feitas as amortizações necessárias, serão assim distribuídos: 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, que serão pagos aos acionistas conforme determinar a Assembléia Geral. **Parágrafo 1º**:- Desde que não ocorra oposição de qualquer acionista presente, poderá a Assembléia Geral deliberar a distribuição de dividendo inferiores aos fixados neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro. **Parágrafo 2º**:- Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos contados a partir da data da Assembléia que os aprovou, prescreverão a favor da Companhia. **CAPÍTULO VIII – DA LIQUIDAÇÃO – Artigo 29** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por determinação da Assembléia Geral. **Artigo 30** - A Assembléia Geral que decidir a liquidação da Companhia determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e o conselho fiscal que funcionará nesta fase, fixando os respectivos honorários. **Artigo 31** - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com a Lei 6404/76 e demais leis em vigor.”


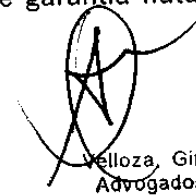
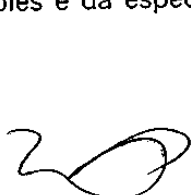
(iii) ficam eleitos, por unanimidade como membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 04/09/06, a Sra. **Mariana Sabina Postel Giolo**, argentina, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo na Av. São Paulo Antigo, 437 – apto. 91, portadora da Cédula de Identidade para estrangeiros RNE W-083452-G-SE/DPMAF e inscrita no C.P.F./M.F. sob o nº 176.536.448-56, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; o Sr. **Ruben Halaban**, argentino, casado, do comércio, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua das Mangabeiras, nº 135, torre I, apartamento 171, portador da Cédula de Identidade para estrangeiros RNE W083308-N-SE/DPMAF e inscrito no C.P.F./M.F. sob o nº 005.569.048-34; e o Sr. **Roberto Miguel Postel**, argentino, casado, do comércio, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Barão de Santa Eulália, nº 150, apartamento 101, portador da Cédula de Identidade para estrangeiros

Vellozo, Girotto e Lindenbojm
Advogados Associados



RNE W166566-S-SE/DRMAF é inscrito no C.P.F./M.F. sob o nº 450.097.408-34, como Conselheiros. Os Conselheiros eleitos declaram, para todos os fins de direito, que: I - não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; II - não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; III - atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, e IV - ficaram expressamente dispensados pela presente Assembléia Geral do cumprimento dos requisitos dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas da Companhia declaram que lhes foram apresentados, em instrumentos próprios, tanto os currículos dos Conselheiros ora eleitos, quanto as declarações firmadas por cada um dos Conselheiros, nos termos da Instrução CVM nº 367/02.

(iv) aprovar a Emissão Pública de Debêntures da **REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A**, cujas características serão as seguintes: **a)** para todos os efeitos legais, inclusive para a determinação do preço de subscrição, a data de emissão das Debêntures é o dia 17/11/2003 ("Data de Emissão"); **b)** o valor global da emissão é de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais), na Data de Emissão; **c)** as Debêntures serão emitidas em uma única série ("Série"); **d)** serão emitidas, ao todo, 4.000 (quatro mil) Debêntures; **e)** as Debêntures terão seu vencimento em 17/05/2005 ("Data de Vencimento"), podendo este prazo ser prorrogado, por proposta da Emissora, mediante aprovação da maioria dos debenturistas; **f)** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), na Data de Emissão; **g)** ao valor nominal das Debêntures descrito em "f" poderá ser acrescido ágio a ser calculado em processo de *bookbuilding*, conduzido a partir de um referencial de mercado definido pela Companhia e pela instituição distribuidora, Santos Corretora de Câmbio e Valores S.A., de forma a adequar a remuneração dos títulos às condições de mercado da época da colocação; **h)** as Debêntures serão do tipo simples e da espécie garantia flutuante, serão

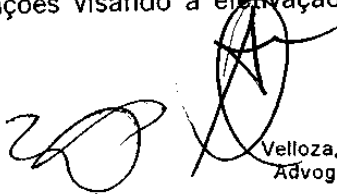

Vellozo, Girotto e Lindenbojm
Advogados Associados

11/11/2003

nominativas e não conversíveis em ações; i) as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional ou por meio de créditos que os subscritores da presente emissão detenham contra a Emissora, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo valor nominal unitário supra referido, acrescido de prêmio por Debênture no valor a ser calculado em processo de *bookbuilding*, conduzido a partir de um referencial de mercado definido pela Companhia e pela instituição distribuidora, Santos Corretora de Câmbio e Valores S.A. ("Preço de Subscrição"); j) as Debêntures receberão participação nos lucros, à razão de 70% (setenta por cento), percentual este que será sempre calculado sobre o lucro apurado mensalmente em balanços e balancetes elaborados conforme a legislação comercial, mais uma remuneração anual equivalente a 22% a.a. (vinte e dois por cento ao ano) do valor do principal da emissão das Debêntures, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A participação nos lucros aqui prevista será provisionada mensalmente a partir de 01/11/2003 e paga semestralmente nas seguintes datas: 17/05/2004, 17/11/2004 e 17/05/2005. Os juros serão calculados em regime de capitalização composta, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão e serão pagos nas mesmas datas previstas para o pagamento da participação nos lucros, de acordo com o estabelecido neste item; k) as Debêntures poderão ser amortizadas antecipadamente, a qualquer momento, mediante proposta da Emissora devidamente aprovada pela totalidade dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas; l) fica indicado como agente fiduciário para a presente Emissão Pública de Debêntures, nos termos do §1º do artigo 61 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 28/83, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

(v) contratar a Santos Corretora de Câmbio e Valores S/A, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Hungria, 1100 – 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.658.811/0001-79, para a distribuição e colocação pública das Debêntures.

(vi) em face da emissão pública de debêntures ora aprovada e da conseqüente abertura do capital da Companhia, nos termos do artigo 4º da Lei nº 6.404/76, ficam os Diretores da Companhia, desde já, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários para a obtenção dos registros e autorizações visando a efetivação da emissão


Velloza, Giroto & Lindenbojm
Advogados Associados

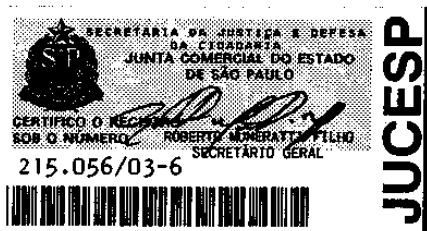
das debêntures ora aprovada, especialmente perante a Comissão de Valores Mobiliários;

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, lavrada, lida e assinada, certifico que esta é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. São Paulo, 04 de setembro de 2003. (ass.) **MESA:** Presidente: Sra. Cláudio André Halaban; e Secretária: Sra. Mariana Sabina Postel Giolo. **ACIONISTAS:** Cláudio André Halaban; Mariana Sabina Postel Giolo; Jargous Empreendimentos e Participações Ltda. – p.p. Ruben Halaban, Ruben Halaban e Roberto Miguel Postel.


CLÁUDIO ANDRÉ HALABAN
Presidente


MARIANA SABINA POSTEL GIOLO
Secretária

\\VGL_DADOS\SYS\CLIENTES\0422\000\ata_2003_debent_publicas_vf_300903.doc


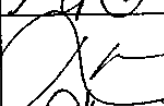






Velloza, Girotto e Lindenbojm
Advogados Associados

REDEFAC FATORING E FOMENTO COMERCIAL S/A
CNPJ/MF nº 67.915.785/0001-01


LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

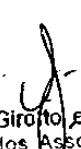
**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
EM 04 DE SETEMBRO DE 2003**

Cláudio André Halaban	1.684.639	1.684.639	
Mariana Sabina Postel Giolo	1.684.639	1.684.639	
Jargous do Brasil Participações e Empreendimentos Ltda.	10.630.716	10.630.716	
Ruben Halaban	3	3	
Roberto Miguel Postel	3	3	

São Paulo, 04 de setembro de 2003.


CLÁUDIO ANDRÉ HALABAN
PRESIDENTE


MARIANA SABINA POSTEL GIOLO
SECRETÁRIA


Velloza, Giroto e Lindenbojm
Advogados Associados